

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.639.306 - MG (2016/0305055-3)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : RENATO GONÇALVES DE MELO
ADVOGADOS : OSVALDO PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) - MG063012
JOSUÉ DE ARRUDA CARVALHO - MG007202B
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : BRUNO BALASSIANO GAZ E OUTRO(S) - MG141901

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por RENATO GONÇALVES DE MELO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"REEXAME NECESSÁRIO DE OFÍCIO. RECURSOS VOLUNTÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCESSO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. LIMITES DO JULGADO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO IMEDIATA. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, FUNDO DE APOSENTADORIA E IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE GRATIFICAÇÃO. DESCONTO DEVIDO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que as normas que versam sobre os acessórios da condenação têm natureza processual e, portanto, aplicabilidade imediata.

Diante da decisão proferida pelo excelso Supremo Tribunal Federal na ADI n.º 4.357/DF, que declarou inconstitucionais, por arrastamento, as expressões 'índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança' e 'independente de sua natureza', o Superior Tribunal de Justiça, nos autos do REsp. n.º 1.270.439/PR, submetido à sistemática do art. 543-C do Código de Processo Civil, estabeleceu que os juros moratórios devem ser calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos da regra do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação da Lei 11.960/09; já a correção monetária, por força da declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 5º da Lei 11.960/09, deverá ser calculada com base no IPCA, índice que melhor reflete a inflação acumulada do período, assemelhando-se 'o mesmo aos índices da Tabela da CGJ/MG.

Apenas mediante expressa determinação judicial a inflação considerada pelos planos econômicos será incluída nos cálculos, não sendo este o caso dos autos.

Superior Tribunal de Justiça

As contribuições previdenciárias, o fundo de aposentadoria e o imposto de renda deverão ser descontados, no efetivo pagamento das gratificações concedidas ao autor.

Vencida a Fazenda Pública, os honorários advocatícios devem ser arbitrados em consonância com o disposto no artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil" (fl. 453e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 468/469e e 471/473), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REJEIÇÃO.

Nos embargos declaratórios, a parte deverá demonstrar a existência de omissão, contradição ou obscuridade, sob pena de rejeição do recurso" (fl. 479e).

Opostos novos Aclaratórios, foram eles igualmente rejeitados, **in verbis**:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REJEIÇÃO.

Nos embargos declaratórios, a parte deverá demonstrar a existência de omissão, contradição ou obscuridade, sob pena de rejeição do recurso" (fl. 491e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 406 e 884 do Código Civil, 467 e 473 do CPC/73 e 6º, § 3º, da LINDB, sustentando o seguinte:

"3.1 - Juros de mora do período de janeiro de 1989 a dezembro de 1993

A fls. 348, - autos dos Embargos à Execução -, fundamentando a sentença cognitiva, assim se pronunciou a distinta sentenciante,'verbis':

'Devem ser considerados no cálculo os valores a partir do dia 14/01/1989, data da propositura, pois devidamente citada a ré os efeitos deste ato retroagem àquela data'

Com efeito, nos valores se compreendem as parcelas devidas, a correção monetária plena, integral, i. e., os expurgos inflacionários e

os juros.

Ora, um dos efeitos da citação são os juros, a serem contabilizados a partir de janeiro de 1989, no que se conformisam os comandos da r. sentença cognitiva originária e do v. acórdão exequendo.

A título de reforço ao expendido e por ordem cronológica das decisões, 'ad litteram':

'... condenar o Réu a restabelecer nos proventos do autor, o pagamento da Gratificação de Gabinete, instituída pelo artigo 71, da lei nº 5.301/69, uma vez faz o mesmo jus ao recebimento da mencionada gratificação cumulativamente com o recebimento da Gratificação instituída pelo artigo 14 da Lei Delegada nº 37, de 13.01.89, pagando-lhe os valor atrasados, corrigidos monetariamente, parcela por parcela, desde as datas que deixaram de ser pagos, até a data do efetivo pagamento, acrescido de juros de mora legal, a contar da citação inicial' (dispositivo 'in fine' da ação ordinária cognitiva originária fls. 58, grifou-se).

E os valores atrasados são as parcelas a serem corrigidas, cada uma (correção plena, senão não seria uma 'restitutio in integrum'), a partir da data em que devia ser paga, tudo contando a partir de janeiro de 1989 e também os juros a eles acrescidos.

Consulta à lógica do razoável, pois a correção monetária (que compõe cada parcela) e os juros devem acompanhar o principal.

No v. acórdão exequendo, proferido na rescisória (fls. 250/226), acolhendo o pedido do Autor, então Apelante (fl. 226), ora Recorrente, o relator Em. Des. Carreira Machado deu 'procedência ao pedido inicial do autor da ação ordinária' (fl. 216) e o ilustre Des. Almeida Melo também julgou procedente a ação rescisória, 'confirmando a sentença de primeiro grau', sem nenhuma restrição (fl. 219), já trânsito em julgado. (Autos apensos 01/01) Deste *decisum* colegiado, manejou o ora Recorrente Embargos Declaratórios (fls. 230/232) para explicitação do alcance da expressão 'confirmando a sentença de primeiro grau' (fl. 232).

E assim declarou o novo acórdão, 'ipsis litteris':

'O acórdão embargado, muito embora não unânime, julgou procedente o pedido rescisório, restaurando o entendimento da sentença de primeiro grau quanto à incorporação da gratificação de gabinete, incidindo a correção monetária a partir

Superior Tribunal de Justiça

do pagamento devido e não realizado, e os juros de mora a partir da citação (ação originária).' (grifou-se).

E isso está a fls. 241. Este *decisum* turmário, proferido nos Embargos de Declaração, foi por unanimidade.

Em síntese, correção monetária integral e juros de mora tudo a partir de janeiro de 1989.

Assim deve ser ex vi do amparo da legislação infraconstitucional: 'arts. 406 e 884 do CC, arts. 467 e 473 do CPC e art. 6º, § 3º da LICC'.

Afeiçoando-se ao princípio da razoabilidade (CF, art. 5º, § 2º), tanto é certo e legítimo que o ora Recorrente (fl. 295/298 do vol. 02/01 Execução de Sentença), como o ora Recorrido (fl. 018/10 e 14/17 do vol. 1/2, Embargos do Devedor) elaboraram as planilhas a respeito, de conformidade com o ora exposto.

E mais, enfatize-se, o débito do Estado no período preexistente à citação na ação ordinária (ação originária) foi reconhecido pelo Estado em suas planilhas.

Observe-se que - nunca é demais lembrar - da planilha da perícia (fls. 269 vol. 1/2) não constam os juros do período de janeiro de 1989 dezembro de 1993. De sua coluna, pertinente a juros, consta o número '0' (zero), contrariando não só as planilhas do ora Recorrente (fls. 295/298 do vol. 02/01) e do ora Recorrido (fls. 14/17 do vol. 1/2), bem como a r. sentença cognitiva e o v. acórdão exequendo.

Inquestionável é que os juros serão a partir da citação na ação originária, aí incluindo os créditos a ela já preexistentes

3.2 - Dos expurgos inflacionários

É de entendimento pacífico. de nossos Tribunais, sobretudo dos Tribunais Superiores, que, no pedido de correção monetária, estão incluídos os expurgos inflacionários e ela é devida *ex legis*, vale dizer, independe de pedido expresso do autor, prescindindo-se até de ser referenciada no *decisum* cognitivo, porquanto se trata de mera recomposição do poder aquisitivo da moeda, aviltada pelo processo inflacionário.

Admitir que o ora Recorrente - principalmente no caso de que se trata, isto é, de obrigação de natureza eminentemente alimentar, (proventos de servidor público aposentado) - tivesse ele de suportar tamanha desvalorização seria o mesmo ' que reconhecer a institucionalização do enriquecimento ilícito do Estado, o que é vedado

Superior Tribunal de Justiça

expressamente pelo ordenamento jurídico pátrio, bem como de todos os demais povos cultos.

Está, pois, consolidada a jurisprudência deste Colendo Superior Tribunal de Justiça, guardião do direito federal, no sentido da inclusão dos expurgos inflacionários no cálculo da correção monetária em execução de sentença, ainda que essa questão : não tenha sido debatida no processo de conhecimento, ad exemplum, 'verbis':

(...)

No Agravo de Instrumento nº 39.111 -PA, DJ 12 Mai 97, o rel. Min. Milton Luiz Pereira trouxe à colação do Colendo STJ, concluindo 'pela legalidade da incidência dos índices inflacionários,) expurgados pelo Governo Federal, nos cálculos de liquidação de sentença, sob pena de violação do art. 1º da Lei n. 6.899/84' (Emb. Divergência no REsp. 34894-8 -SP, rel. Min. Eduardo Ribeiro. DJ 13Fev95 grifou-se).

Portanto, soa à evidência que excluí-los da correção monetária e dos cálculos na execução de sentença afronta diretamente, além da Lei da Correção Monetária, os institutos da preclusão e da coisa julgada, discutidos nos autos" (fls. 498/501e).

Por fim, requer o provimento do recurso, com "a inclusão no cálculo dos expurgos inflacionários, como nele também os juros desde janeiro de 1989 a dezembro de 1993" (fl. 502e).

Contrarrazões a fls. 579/583e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 585/587e).

A irresignação merece prosperar, em parte.

Na origem, trata-se de Embargos à Execução ajuizados pela parte ora recorrida, objetivando o reconhecimento de excesso de execução.

Julgada parcialmente procedente a demanda, recorreram ambas as partes, tendo sido parcialmente reformada a sentença, pelo Tribunal local, nos seguintes termos:

"(...) EM REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO DE OFÍCIO, REFORMO PARCIALMENTE A SENTENÇA para retificar seu dispositivo e determinar que a atualização dos cálculos periciais tenha início a partir de outubro de 2007, bem como para determinar que as custas processuais sejam excluídas da condenação do Estado, e DOU PARCIAL PROVIMENTO AO SEGUNDO RECURSO VOLUNTÁRIO, para condenar o Estado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, PREJUDICADO O PRIMEIRO RECURSO VOLUNTÁRIO" (fl. 464e).

Superior Tribunal de Justiça

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Confira-se, na íntegra, a fundamentação do acórdão ora objurgado:

"REEXAME NECESSÁRIO

Colhe-se dos autos que RENATO GONÇALVES DE MELO ajuizou ação ordinária n.º 0024.94.012860-8 em desfavor do ESTADO DE MINAS GERAIS, visando à concessão da gratificação de gabinete de 1/3 dos seus vencimentos no cargo de Tenente Coronel dos Quadros de Oficiais da Reserva Remunerada da Polícia Militar de Minas Gerais.

O pedido foi julgado procedente conforme sentença de fls. 56/58 dos autos em apenso, sendo tal decisão reformada no acórdão de fls. 92/96 do apenso pela 5ª Câmara Cível deste Sodalício, julgando improcedente o pedido.

Após frustrados Recurso Especial e Extraordinário, o acórdão de improcedência do pedido transitou em julgado em 27/12/1996 (fl. 183 dos autos em apenso).

Irresignado, o autor promoveu ação rescisória nº 120.759/6.00 (fls. 210/226, que rescindiu o acórdão e definiu pela procedência do pedido inicial.

Iniciada a execução do julgado, o Estado de Minas Gerais opôs embargos à execução alegando excesso nos cálculos do exequente.

A perícia contábil de fls. 88/110 fixou o débito exequendo em R\$476.354,77 (quatrocentos e setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos), honorários advocatícios de R\$71.338,77 (setenta e um mil, trezentos e trinta e oito reais e setenta e sete centavos) e custas processuais de R\$816,05 (oitocentos e dezesseis reais e cinco centavos), quantias atualizadas até setembro de 2007.

Sobreveio a sentença que acolheu em parte os embargos à execução e declarou corretos os cálculos da perícia, determinando sua atualização a partir de setembro de 2006, com juros de 1% ao mês até 24.08.2001, e após esta data, o percentual 6% ao ano até 29.06.2009 quando, a partir de então serão calculados nos moldes aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 5º da Lei 11.960/2009.

TAXA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

O Estado de Minas Gerais afirma que o termo inicial da incidência da

Superior Tribunal de Justiça

correção monetária deve corresponder aos índices do mês do efetivo pagamento, devendo ser observados os ditames do art. 1º-F da Lei 9.494/1997 na redação dada pela Lei 11.960/2009, a partir de sua vigência.

O autor, por sua vez, defende a incidência de juros de 1% ao mês ao longo de todo o período em débito, por tratar-se de verba alimentar.

Ao exame dos autos verifica-se que à época da prolação da sentença a taxa legal de juros correspondia de 1% ao mês. Contudo, como bem frisado pelo Magistrado de Primeiro Grau, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que as normas que versam sobre os acessórios da condenação têm natureza processual e, portanto, aplicabilidade imediata, atingindo os processos em curso.

Ademais, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, por maioria, no julgamento do REsp 1.205.946/SP, de relatoria do Ministro Benedito Gonçalves, submetido ao regime do art. 543-C do CPC (recursos repetitivos), firmou orientação segundo a qual é possível a aplicação imediata da Lei 11.960/09, que veio alterar o critério de cálculo dos juros moratórios devidos pela Fazenda Pública previsto no artigo 1º-F da Lei 9.494/97, sem, contudo, retroagir a período anterior a sua vigência. Antes dessa data, deve ser aplicada a regra pertinente sobre a correção monetária e os juros de mora, variável, segundo a natureza da condenação.

Vale dizer que referida modulação foi bem observada pela sentença guerreada na medida em que determinou incidência de juros de 1% ao mês até 24.08.2001, data da Medida Provisória nº 2.180-35/2001 que introduziu alterações da redação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97; e após esta data, juros de 6% ao ano até 29.06.2009 quando, a partir de então serão calculados nos moldes aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 5º da Lei 11.960/2009.

Oportuno destacar, ainda, que o Colendo Superior Tribunal de Justiça, considerando a decisão proferida pelo excelso Supremo Tribunal Federal na ADI nº 4.357/DF, que declarou inconstitucionais, por arrastamento, as expressões 'índice Oficial de remuneração básica da caderneta de poupança' e 'independente de sua natureza', deu novos contornos a essa matéria, no julgamento do REsp. nº 1.270.439/PR, submetido à sistemática do art. 543-C do Código de Processo Civil, assim ementado:

(...)

Assim, por força da declaração de inconstitucionalidade parcial por arrastamento do art. 5º da Lei n. 11.960/2009, no caso dos autos, entendo que a correção monetária deve ser calculada com base em

índice que melhor reflete a inflação acumulada no período, sendo aplicável, no âmbito desta Justiça Estadual, a tabela da douta Corregedoria-Geral de Justiça/MG, valor que se assemelha ao citado IPCA, a partir do vencimento de cada pagamento devido, mantendo os juros de mora nos termos do que estabelecido na citada decisão, consoante o disposto no art. 1º- F da Lei 9494/97.

Ademais, não havendo recurso nesse aspecto, o citado índice deve ser aplicado, sendo, porém, necessário consignar que a correção monetária deve incidir a partir da data de cada pagamento a menor, conforme entendimento do STJ:

(...)

CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O DÉCIMO TERCEIRO

O índice da correção monetária do 13º salário apurado na perícia encontra-se, conforme decidido em Primeiro Grau, em consonância com a tabela da Corregedoria-Geral de Justiça, merecendo, portanto, manutenção.

EXPURGOS INFLACIONÁRIOS

Considera-se acertada a sentença que não acolheu o pedido de inclusão nos cálculos dos expurgos inflacionários, vez que estes não foram objeto de discussão na decisão exequenda, devendo os cálculos limitar-se aos ditames da referida decisão. Apenas mediante expressa determinação judicial a inflação considerada pelos planos econômicos será incluída nos cálculos, não sendo este o caso dos autos.

ERRO MATERIAL NA SENTENÇA

A existência de erro material na sentença encontra-se presente na decisão objurgada, haja vista a determinação de que os cálculos elaborados pela perita fossem atualizados desde dezembro de 2006 quando, na verdade, referidos cálculos atualizaram o débito até setembro de 2007, conforme se infere do quadro 'Resumo da Liquidação da Sentença' (fl. 110).

Nesse passo, merece retificação a sentença neste ponto para que a atualização tenha início a partir de outubro de 2007.

DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Defende o Estado de Minas Gerais que o desconto da contribuição previdenciária no percentual de 10% ocorra no período de 01.01.1991 a 31.12.1996, conforme Lei 10.366/1990.

Não tem razão o ente público, porque o recolhimento da contribuição previdenciária ocorrerá quando do efetivo pagamento da gratificação de gabinete concedida ao autor/embargado, devendo, portanto, ser efetuada com base no percentual de 8% (oito por cento), conforme apurado na perícia, e estabelecido pela Lei 10.366/80, vigente à época. Acrescente-se, ainda, que o fundo de aposentadoria no percentual de 3,5% (três e meio por cento) e o imposto de renda deverão ser descontados quando do efetivo pagamento, por se tratar de consectários legais da obtenção da gratificação, sendo certo que, se esta houvesse sido paga, tais descontos teriam sido realizados direto em folha de pagamento.

CUSTAS PROCESSUAIS INSERIDAS NOS CÁLCULOS

Verifica-se que o laudo pericial incluiu custas processuais no valor de R\$816,05 (oitocentos e dezesseis reais e cinco centavos) (fl. 110) em desfavor do Estado de Minas Gerais.

Tal quantia deve ser expurgada da condenação, vez que o ente federado é isento das referidas custas por força do art. 10, I da Lei estadual n.º 14.939/2003.

ÔNUS SUCUMBENCIAIS

Conforme decidido em Primeira instância, houve sucumbência mínima do autor/embargado, transferindo o encargo das custas processuais para a parte contrária, que *in casu*, é isenta por força de lei.

SEGUNDO RECURSO VOLUNTÁRIO

As questões meritórias alegadas no segundo recurso voluntário encontram-se prejudicadas por força da remessa oficial, restando, exclusivamente, o exame do pedido de condenação nos honorários sucumbenciais.

A sentença está a merecer reparos no tocante aos honorários advocatícios, os quais se mostram devidos pelo Estado em favor do embargado, pelo que os arbitro em 10% (dez por cento) da condenação, levando-se em conta a complexidade da matéria deduzida nos autos, bem como o tempo de trâmite do processo.

CONCLUSÃO

Mediante tais considerações, EM REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO DE OFICIO, REFORMO PARCIALMENTE A SENTENÇA para retificar seu dispositivo e determinar que a atualização dos cálculos periciais tenha início a partir de outubro de 2007, bem como para determinar que as custas processuais sejam excluídas da condenação do Estado, e DOU PARCIAL PROVIMENTO AO SEGUNDO RECURSO VOLUNTÁRIO, para condenar o Estado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, PREJUDICADO O PRIMEIRO RECURSO VOLUNTÁRIO.

Custas recursais na forma da lei" (fls. 456/464e).

De início, por simples cotejo entre as razões do Recurso Especial e os fundamentos do acórdão recorrido, observa-se que a tese recursal no tocante à incidência dos juros de mora do período de janeiro de 1989 a dezembro de 1993, sequer implicitamente, foi apreciada pelo Tribunal de origem, não obstante terem sido opostos Embargos de Declaração, para tal fim.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial, no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*").

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. COMISSÃO DE CORRETAGEM. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. **A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº**

Superior Tribunal de Justiça

211 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

6. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.172.051/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Acrescente-se que, se a parte recorrente entendesse persistir algum vício no acórdão impugnado, imprescindível a alegação de violação ao art. 535 do CPC/73 (1.022 do CPC/2015), por ocasião da interposição do Recurso Especial, sob pena de incidir no intransponível óbice da ausência de prequestionamento.

Assim, à mingua de prequestionamento, inviável a apreciação da aludida tese recursal.

Noutro giro, verifica-se que a Corte Estadual, ao consignar que "apenas mediante expressa determinação judicial a inflação considerada pelos planos econômicos será incluída nos cálculos, não sendo este o caso dos autos" (fl. 462e), dissentiu da jurisprudência remansosa do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual **"não viola a coisa julgada a inclusão de expurgos inflacionários na fase de liquidação de sentença, embora não discutidos na fase de conhecimento, por refletir, a correção monetária, a recomposição do valor da moeda aviltada pelo processo inflacionário"** (STJ, AgInt no AREsp 863.993/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/04/2019).

Nesse diapasão:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO SUBMETIDO AO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INCLUSÃO DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. OFENSA À COISA JULGADA. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. **É firme o entendimento desta Corte de que não constitui ofensa à coisa julgada a inclusão de expurgos inflacionários no cálculo da correção monetária, em conta de liquidação de sentença, ainda que essa questão não tenha sido debatida no processo de conhecimento.**

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1290290/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 24/10/2018)

"PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INCLUSÃO. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE

Superior Tribunal de Justiça

VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. PRECEDENTES DO STJ.

1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é assente no sentido de que não caracteriza ofensa à coisa julgada a inclusão de expurgos inflacionários na fase de execução de sentença, quando o título executivo não discute expressamente a matéria. Precedentes: AgRg no AREsp 180241/RJ, Primeira Turma, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 27/05/2016; AgInt no REsp 1621991/SP, Segunda Turma, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 03/04/2017; REsp 1655003/RJ, Segunda Turma, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 18/04/2017.

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.669.551/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 11/12/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. INCLUSÃO DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CABIMENTO. PRECEDENTES.

1. O STJ já se pronunciou e se firmou no entendimento de que não constitui ofensa aos institutos da coisa julgada e da preclusão a inclusão dos expurgos inflacionários no cálculo da correção monetária, em conta de liquidação de sentença, ainda que essa questão não tenha sido debatida no processo de conhecimento. Incidência da Súmula 83 do STJ.

2. Por outro lado, quanto à Lei 11.960/2009, o Tribunal Regional decidiu: 'Já no que concerne à Lei 11.960/2009, reconheço a omissão apontada, e determino a realização de novos cálculos, com a aplicação da mesma na correção das diferenças a partir da sua vigência, na forma da Resoluções 134/2010 e 267/2013 do CJF.' Verifica-se quanto ao ponto, a falta de interesse recursal do recorrente, pois o Tribunal de origem determinou a aplicação da Lei 11.960/2009.

3. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.688.524/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/10/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **dou-lhe provimento**.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora

